

**Editorial 2023.1**

Ozaias da Silva Rodrigues<sup>1</sup>  
Vinícius Cosmos Benvegnú<sup>2</sup>

A violência e a precariedade da vida são distribuídas de forma desigual, como aponta Judith Butler no seu *Corpos em aliança e a política das ruas*. Os sujeitos em vulnerabilidade são muitos e os de “sempre”, aqueles historicamente marginalizados, bem como os sujeitos que violentam também são os de “sempre”. Não só a vida dos sujeitos marginalizados não importa, como também suas narrativas e percepções sobre o mundo. Eis a face da desigualdade. Quando a História não ouve os de baixo, ela só ouve os de cima e reforça narrativas que privilegiam os de “sempre”, aqueles que concentram as riquezas fundiária, econômica, política, científica e religiosa em suas mãos.

Dentro de uma mesma nação, por exemplo, há várias realidades. Quando aplicamos isso ao cenário musical e a seus atores/as e produtores/as, vemos que a desigualdade econômica atinge a música tida como regional, pois essa representa apenas uma parte do Brasil e não ele todo, como uma certa música popular brasileira “consegue fazer”. Mas esse popular brasileiro só consegue ser “popular” porque parte dos centros políticos e econômicos do país. O que está na margem disso, também fica na margem do cenário musical. Eis mais uma desigualdade a se apontar.

Na questão das Unidades de Conservação (UC) criadas no período da ditadura civil-militar não foi diferente. No caso do Parque Estadual do Ibitipoca (MG) tem-se a estatização de um território

---

<sup>1</sup> Editor Executivo da Wamon e Doutorando no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM).

<sup>2</sup> Editor-Chefe da Wamon e Doutorando no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM).

que era usado comunitariamente antes do Estado chegar e impor suas diretrizes preservacionistas. Essa estatização, iniciada na década de 1970, se baseou no mito da natureza intocada, numa perspectiva de preservação que coloca o homem como inimigo imediato da ‘natureza’. A versão dos que foram excluídos do processo de criação das Unidades de Conservação deve ser retomada, colocada sob os holofotes. A História não pode ser apenas a de quem se apropria de terras comuns para estatizar em nome de um turismo dito sustentável.

Temas como o da obstetrícia afro venezuelana ou das parteiras tradicionais, seja no Brasil ou na América Latina, nos fazem refletir sobre a desigualdade entre saberes e práticas, sobre uma ciência que seria a do concreto, como traz Claude Lévi-Strauss em *O pensamento selvagem*, da experiência cotidiana e de um conhecimento ancestral e uma ciência que monopoliza o que é o saber e a prática do cuidado com as parturientes. Os conhecimentos locais devem ser enfatizados, valorizados, tomados em sua singularidade. É preciso questionar a desigualdade ontológica criada pela ciência moderna e reproduzida nos centros de produção e reprodução de conhecimento e ciência.

As desigualdades afetam também os mais diferentes corpos quando levamos em consideração os recortes de raça/etnia, gênero e sexualidade, como se pode ver a partir dos estudos de gênero contemporâneos e daqueles que trabalham com uma perspectiva interseccional. As experiências de indígenas LGBTQIA+ devem ser cada vez mais debatidas e terem espaço nas pesquisas acadêmicas, sobretudo aquelas que sejam feitas por indígenas LGBTQ+. A perspectiva de dentro, de quem vive na pele essas duas identidades precisa ser ouvida, colocada no papel, publicada. A autoetnografia é um dos caminhos possíveis para romper com os ditames de uma metodologia e teoria tradicionais que não incluem esses sujeitos.

E quando falamos em monumentos públicos, aí também se revela a desigualdade, pois um monumento é a materialização de uma memória que se quer preservar e impor. Por isso, saber

quem financiou ou idealizou determinado monumento é importante para entender o que o próprio simboliza e defende. É o caso do Monumento ao Garimpeiro em Boa Vista/RR. Monumentos como esse contam apenas um lado da História, mostram apenas uma face de determinado povo, excluindo outras representações materiais do mesmo. Os monumentos sempre nos contam de vencidos e vencedores.

Por fim, podemos pensar que os conflitos dentro da academia, entre perspectivas e trajetórias distintas de alunos e professores, revelam o quanto a universidade deve mudar enquanto instituição social. Ela não pode ser mais o lugar de uns poucos e privilegiados, mas deve ser o lugar com que muitos sonham e que podem alcançar, trazendo seus corpos, conhecimentos e experiências para as salas de aula. A atual Antropologia brasileira, que se faz nas universidades, deve ser refundada, rediscutida em seus cânones, questionada em seus parâmetros eurocêntricos, arbitrários e excludentes. Não há mais espaço para a desigualdade epistêmica na universidade.

A edição conta ainda com a resenha de publicação do antropólogo Márcio Goldman, nos apresentando reflexões em torno de projetos e discussões no âmbito da Antropologia Simétrica; e um ensaio visual realizado no estado de Roraima, trazendo a ginga da Capoeira para a nossa roda de leitura compartilhada.

Esses são debates e discussões relacionados aos temas que a presente edição da Revista Wamon apresenta aos/às seus/suas leitores/as, com o intuito de contribuir com as transformações e a manutenção de conquistas sociais, a fim de buscar a diminuição das desigualdades sociais brasileiras e latino-americanas. Boa leitura!